



Na Mídia

24/10/2024 | Valor Econômico

TCU aprova extensão de contrato em Cumbica

Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem um acordo entre o governo federal e a GRU Airport, concessionária que administra o Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), que estende o contrato da empresa por 1 ano e 4 meses, em troca de investimentos. O entendimento também contou com o aval da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Pelo que ficou acertado, a concessionária investirá R\$ 396,7 milhões em recursos próprios, especialmente em melhorias no Terminal 3. Já o restante dos investimentos, no valor de R\$ 997

milhões, será inicialmente de responsabilidade da União, com a possibilidade de repartição com a empresa, a depender da demanda futura de passageiros.

Da parte da União, R\$ 445,9 milhões irão para o programa Aeroportos+Seguros, que consiste em investimentos em tecnologia para incrementar a segurança nos terminais. Ao invés de desembolso direto do poder público, o acordo prevê a posteriorização do pagamento de outor-

R\$ 400 milhões serão investidos pela GRU

gas pela concessionária, além da extensão do prazo do contrato.

Os R\$ 552 milhões restantes também são de responsabilidade da União, mas o valor poderá ser compartilhado com a concessionária de acordo com a evolução da demanda de passageiros nos próximos anos. Cumbica é o principal aeroporto do país, com pouco mais de 41 milhões de passageiros no ano passado.

"Existe uma expectativa de 70 milhões de passageiros para 2032 em Guarulhos. O acordo reflète a realidade do que este contrato necessitaria para evitar a saturação da infraestrutura", disse o advogado Bruno Aurélio, sócio do escritório Demarest, que assessorou a confecção do acordo.

O acordo também avançou na

possibilidade de os contratos de concessão vigentes abrigarem a administração de aeroportos regionais deficitários.

A operação será feita no futuro, mediante procedimento competitivo simplificado, para "assegurar maior transparência, isonomia e competitividade à nova política pública".

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, celebrou a decisão do TCU, especialmente pela possibilidade de inclusão de aeroportos regionais deficitários nos contratos vigentes de concessões, embora o acordo não defina quais terminais vão receber os investimentos.

Procurada, a concessionária informou, por meio de sua assessoria, que não irá se manifestar.